



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

GABRIEL RODRIGUES DA SILVA

**O COOPERATIVISMO NO BRASIL E AS COOPERATIVAS DE
CRÉDITO RURAL**

**2011
ASSIS/SP**



**Fundação Educacional do Município de Assis
Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis
Campus "José Santilli Sobrinho"**

O COOPERATIVISMO NO BRASIL E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL

Projeto de pesquisa apresentado ao Curso de Administração do Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA e a Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA, como requisito parcial à obtenção do Certificado de Conclusão.

Orientando: Gabriel Rodrigues da Silva

Orientador: João Henrique dos Santos

**2011
ASSIS/SP**

FICHA CATALOGRÁFICA

SILVA, Gabriel Rodrigues da

O Cooperativismo no Brasil e as Cooperativas de Crédito Rural/ Gabriel Rodrigues da Silva. Fundação Educacional do Município de Assis – FEMA— Assis, 2011.

43p.

Orientador: João Henrique dos Santos.

Trabalho de Conclusão de Curso – Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis – IMESA.

1.Cooperativismo. 2.Credito Rural.

CDD: 658

Biblioteca da FEMA.

O COOPERATIVISMO NO BRASIL E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL

GABRIEL RODRIGUES DA SILVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Municipal de Ensino Superior de Assis, como requisito do Curso de Graduação, analisado pela seguinte comissão examinadora:

Orientador: João Henrique dos Santos

Analisador (1): Tania Regina de Oliveira Machado

2011
ASSIS/SP

AGRADECIMENTOS

Primeiramente agradeço a Deus por ter me ajudado nesta pesquisa, por ter me auxiliado na elaboração e me dado tranqüilidade, saúde para chegar até aqui.

Ao professor, João Henrique dos Santos, pela orientação e pelo constante estímulo transmitido durante o trabalho, que mostrou sua aplicação em momentos importantes, cumprindo assim de maneira honrosa seu trabalho.

Aos amigos, colaboradores da Credicana, Jordane Barreto e Gabriel Marega, aos irmãos de fé Alex Gonçalves, Wesley Giroto e Luciana Giroto que transmitiram muita tranqüilidade e a todos que colaboraram direta ou indiretamente, na execução deste trabalho.

Aos meus amados familiares, José da Silva, Ivete A. R. Silva, Gustavo Rodrigues, a minha amada noiva Camila Silvério e sua família João Silvério e Nilda Silvério, que ao longo destes quatro anos vem me ajudando a concluir este sonho e este trabalho.

RESUMO

Este trabalho descreve a história do Cooperativismo de Crédito e das Cooperativas de Crédito Rural no Brasil, mostrando sua batalha para se manter nos momentos de dificuldade, onde as cooperativas estiveram abandonadas pela política adotada pelo governo, causando grande diminuição no número de cooperativas no Brasil. Mostra também sua constante luta pelo ideal coletivo da igualdade, vendo a necessidade dos agricultores, que antes não tinham uma voz, e, através das cooperativas de crédito e sua organização, vem mostrando sua força em nosso país. Em nossa micro-região do Centro Oeste Paulista, pode-se perceber que uma cooperativa independente, Credicana, tem desenvolvido ao longo de seus 42 anos um grande trabalho com os agricultores, que hoje estão organizados e informados para acompanharem o crescimento econômico de nosso país, mostrando que o cooperativismo de crédito visa o ser humano e não somente o lucro, atendendo primeiro as necessidades de toda a comunidade cooperativista.

Palavras-chave: Cooperativismo; Crédito Rural.

ABSTRACT

This paper describes the history of Credit Cooperatives and the Rural Credit Cooperatives in Brazil, showing their battle to keep alive stay in moment of difficulty, where cooperatives have been abandoned by the government's policy, causing a decrease in the number of cooperatives in Brazil. It also shows their constant struggle for the collective ideal of equality, lookink for the farmers' needs, who once had no voice, and through credit unions and their organization, are showing their strength in our country. In our micro-region of Centro Oeste Paulista, one can see that an independent cooperative, Credicana, has developed over its 42 years of great work with farmers, who are now informed and organized to accompany the economic growth of our country, showing that the credit union aims to humans and not just profit, meeting, in a first moment, the needs of the community cooperative.

Keywords: Cooperatives, Rural Credit.

RESUMEN

En este trabajo se describe la historia de Cooperativas de Crédito y las Cooperativas de Crédito Rural en Brasil, mostrando su batalla para sobrevivir en tiempos difíciles, donde las cooperativas han sido abandonadas por la política adoptada por el gobierno, provocando una disminución en el número de cooperativas en Brasil. También muestra su constante lucha por el ideal colectivo de la igualdad, ya la necesidad de los agricultores, que una vez había una voz, ya través de las cooperativas de crédito y su organización, está mostrando su fuerza en nuestro país. En nuestra micro-región del Centro Oeste Paulista, uno puede ver que una cooperativa independiente, Credicana, se ha desarrollado durante sus 42 años de gran trabajo con los agricultores, que ahora están informados y organizados para acompañar el crecimiento económico de nuestro país, mostrando que la cooperativa de crédito tiene como objetivo a los seres humanos y no la ganancia justa, que atienden las necesidades de comunidad cooperada en primer lugar.

Palabras llave: Cooperativas de Crédito Rural.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURA 1 - Evolução da Quantidade de Cooperativas.	20
FIGURA 2 - Total de Ativos até 31/12/2010	35
FIGURA 3 - Patrimônio Líquido até 31/12/2010	35
FIGURA 4 - Número de Cooperados até 31/12/2010.....	36
FIGURA 5 - Depósitos à Vista até 31/12/2010	36
FIGURA 6 - Depósitos à Prazo até 31/12/2010.....	37

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO AO COOPERATIVISMO NO BRASIL E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL.....	11
2. COOPERATIVISMO: CONCEITOS E FUNDAMENTOS.....	15
3. O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL.....	17
4. PANORAMA: CRESCIMENTO DO COOPERATIVISMO NACIONAL	20
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.	41
7. REFERÊNCIAS.....	43

1 – INTRODUÇÃO AO COPERATIVISMO NO BRASIL E AS COOPERATIVAS DE CRÉDITO RURAL

Esta pesquisa visa mostrar a história do cooperativismo no Brasil e as necessidades das cooperativas de crédito e de seus cooperados da micro-região do Centro Oeste Paulista, tendo em vista que existe um crescimento econômico considerável por parte das cooperativas por meio da abertura de linhas de crédito oferecidas pelo governo federal.

Nos anos de 1960, houve um significativo descaso para com o sistema cooperativista brasileiro, principalmente por parte do governo que buscou atender a pressão das instituições privadas para criar um sistema de normas mais rigorosas que frearam as cooperativas, fechando boa parte delas, que vieram a se recuperar somente após o ano 1980. Naquele momento, as cooperativas representavam uma ameaça ao interesses do grande capital monopolista.

Porém, nos dias de hoje o governo não se pode dar ao luxo de tal descaso novamente para com este sistema de cooperativas de crédito rural, que tem buscado cooperar com o crescimento econômico, social, educacional, cultural e ético, se desdobrando dentro do possível para ajudar os agricultores a se manter dentro dos padrões internacionais de produção agrícola. Sobretudo, os pequenos e médios produtores.

Levando em consideração as vantagens obtidas pelos bancos comerciais por meio do Banco Central, não só nos dias de hoje, mas também no passado, é preciso entender que as cooperativas de crédito rural têm um franco potencial para elevar-se a uma posição de igualdade dos bancos comerciais.

Mantendo o padrão do cooperativismo de crédito rural em crescimento constante e em posição de igualdade para com seus bancos comerciais, e em uma realidade que atenda as necessidades dos cooperados, não somente por meio dos números obtidos nos balanços anuais das cooperativas, mas sim pela realidade do seu dia a

dia, cresce a economia nacional em um todo, equilibrando as necessidades de uma classe importante de nosso país.

A história do cooperativismo inicia-se desde quando o homem se identifica como tal, onde um determinado grupo de pessoas tomam uma decisão de se unirem por um ideal visando o bem de todos. Mas o cooperativismo moderno nasce mesmo na Europa na cidade inglesa de Rochdale em 1844 onde alguns tecelões fundaram uma cooperativa de consumo.

O cooperativismo organizado originou-se em 21 de dezembro de 1844 no bairro de Rochdale, em Manchester, Inglaterra. Nesse dia, 28 tecelões fundaram a “Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale”. Um simples armazém, idealizado para oferecer aos seus associados artigos de primeira necessidade e outros serviços, transformando-se na semente do movimento cooperativista. (Cooperativa de Crédito, Sebrae, 2009, p. 8)

Passado quatro anos, em 1848, nasce à primeira cooperativa de crédito na Alemanha, fundada por Friedrich Wilhelm Raiffeisen, como sociedade de auxílio-mútuo para atender às necessidades dos agricultores da região de Flammersfeld, Alemanha. Estas cooperativas de crédito fundamentam-se no princípio cristão de amor ao próximo e, embora adotem a ajuda mútua, admitem auxílio de caráter filantrópico.

A primeira cooperativa de crédito não demoraria a surgir. Quatro anos depois, em 1848, Friedrich Wilhelm Raiffeisen fundava na Alemanha a primeira cooperativa de crédito. As cooperativas criadas por Raiffeisen, tipicamente rurais, tinham como principais características a responsabilidade ilimitada e solidária dos associados, a singularidade de votos dos sócios, independente do número de quotas-partes, a área de atuação restrita, a ausência de capital social e a não distribuição de sobras, excedentes ou dividendos. Ainda hoje, esse tipo de cooperativa é bastante popular na Alemanha. (História do Cooperativismo de Crédito no Brasil, Banco Central do Brasil, 2003, p. 7)

O pioneiro das cooperativas de crédito urbanas é o também alemão Herman Schulze, em 1850 organizou uma cooperativa de crédito na cidade alemã Delitzsch, anos mais tarde conhecidas como bancos populares diferenciavam-se das do tipo

Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, a área de atuação não restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados.

Um prussiano, Herman Schulze, foi o pioneiro no que tange às cooperativas de crédito urbanas. Em 1856, organizou sua primeira “associação de dinheiro antecipado”, uma cooperativa de crédito na cidade alemã de Delitzsch. As cooperativas fundadas por Herman Schulze passariam a ser conhecidas como “cooperativas do tipo Schulze-Delitzsch”, atualmente conhecidas na Alemanha como bancos populares. Essas cooperativas diferenciavam-se das cooperativas do tipo Raiffeisen por preverem o retorno das sobras líquidas proporcionalmente ao capital, à área de atuação não-restrita e ao fato de seus dirigentes serem remunerados. (Cooperativismo de Crédito, 2008, p. 23)

Ainda na Europa e inspirado nos alemães, o italiano Luigi Luzzatti organiza a constituição do primeiro banco cooperativo na Itália, bastante populares no Brasil entre as décadas de 40 a 60. Os bancos populares Luzzatti adotavam o princípio do self-help (auto-ajuda), mas admitiam ajuda estatal sob a forma de suporte, até que a sociedade fosse capaz de assumir por sua própria conta e risco todas as responsabilidades do negócio. Tinham como principais características a não-exigência de vínculo para a associação, exceto limites geográficos, quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não remuneração de dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito.

Inspirado nos pioneiros alemães, o italiano Luigi Luzzatti organiza a constituição, em 1865, na cidade de Milão, da primeira cooperativa cujo modelo herdaria seu nome, a cooperativa do tipo Luzzatti. No Brasil, as cooperativas criadas com essa denominação, bastante populares nas décadas de 40 a 60, tinham como principais características a não-exigência de vínculo para a associação, exceto algum limite geográfico (bairro, município etc.), quotas de capital de pequeno valor, concessão de crédito de pequeno valor sem garantias reais, não-remuneração dos dirigentes e responsabilidade limitada ao valor do capital subscrito. (Cooperativismo de Crédito, 2008, p. 23)

Destas nascem às primeiras idéias de que este tipo de organização pode dar certo, trazendo também um ambiente moderno de trabalho cooperativista, organizado e centrado no crescimento de toda uma comunidade.

O que Vendramini (2002, p.113), nos afirma, é que o modelo cooperativista surgiu como uma alternativa para a classe trabalhadora:

O cooperativismo surge na Europa através da idéia de vários socialistas utópicos, visando criar alternativas imediatas em relação a extrema penúria da classe trabalhadora submetida a exploração capitalista. Produziam associações em que os Interesses coletivos sobressaiam ao Individual.

É importante entendermos que os princípios do cooperativismo culminam com as necessidades que a sociedade inglesa vivia na segunda metade do século XIX. Era o período da Revolução Industrial, que também é conhecida como a Era das Máquinas, era claro neste período a exploração dos trabalhadores com extensas jornadas de trabalho, condições insalubres de trabalho, utilização de mulheres e crianças como mão-de-obra barata e também uma má remuneração. A revolução gerou a substituição do trabalho manual pelas máquinas, tudo isso culminou em uma revolta por parte dos trabalhadores, a revolução estava gerando revolta, desemprego, e tudo isso leva a um ponto ainda mais profundo que é a miséria e os desajustes sociais.

A Revolução Industrial, ocorrida no século XIX, alimentou o surgimento do capitalismo moderno e com ele o crescimento exponencial da produtividade das fábricas e, portanto, da exploração intensa dos recursos naturais. Deu-se início a um processo de desenvolvimento econômico desregrado, sem a preocupação com a finitude dos recursos do planeta e dos impactos negativos dos resíduos dessas fábricas. Com isso, a natureza passou a demonstrar sinais de seu desgaste e uma série de problemas passou a assolar o mundo, tais como: poluição dos rios, mares e ar, desgaste dos solos, buraco na camada de ozônio, efeito estufa, entre outros. Além desses impactos ambientais, percebem-se também crescentes problemas sociais, advindos dessa lógica de “desenvolvimento” – exclusão social, educação e serviços de saúde públicos precários, crescimento populacional exorbitante, concentração de renda, e taxas de desemprego elevadas em muitos países do mundo. (Delgado, 2007, p. 22)

Logo tais fatos levam a uma oposição ao liberalismo econômico, surgindo assim, os sindicatos, associações de operários, cooperativas de ajuda mútua e comitês de

fábrica, culminando em movimentos de reivindicação de uma mudança social, econômica e política.

Neste contexto nasce o cooperativismo moderno, organizando a classe trabalhadora para fazer frente às consequências sociais e econômicas do capitalismo do século XIX, mostrando que os propósitos do capitalismo não poderiam ficar fixados no enriquecimento de alguns, na centralização do poder econômico e social, mas sim abrindo os ouvidos para aqueles que buscavam ser tratados como seres humanos e reconhecidos por sua cooperação no novo momento vivido pelos europeus.

Na província canadense de Quebec em 06 de dezembro de 1900, o jornalista Alphonse Desjardins idealizou a constituição de uma cooperativa, embora inspirada nos modelos de Raiffeisen, Schultze-Dlitzsche e Luzzatti seu pensamento era distinto das mesmas. O modelo criado por Desjardins unia as funções de poupança e de crédito popular com o intuito de, mediante o auxílio mútuo, criar nos cooperados o hábito da economia sistemática para o atendimento de necessidades profissionais, familiares e pessoais, bem como conduzi-los à prática da autogestão democrática e à autoproteção contra os abusos do sistema financeiro da época. Conhecidas no Brasil como cooperativas de crédito mútuo buscava como principal característica unir um ponto em comum entre os sócios, reunindo grupos homogêneos como os de clubes, trabalhadores de uma mesma fábrica, funcionários públicos etc. Desta forma os grupos teriam mais força em todos os setores de atuação facilitando o nascimento de uma harmonia entre os grupos.

O modelo criado por Desjardins unia as funções de poupança e de crédito popular com o intuito de, mediante o auxílio mútuo, criar nos cooperados o hábito da economia sistemática para o atendimento de necessidades profissionais, familiares e pessoais, bem como conduzi-los à prática da autogestão democrática e à autoproteção contra os abusos do sistema financeiro da época. (História do Cooperativismo de Crédito no Brasil, Banco Central do Brasil, 2003, p. 8)

2 – COOPERATIVISMO: CONCEITOS E FUNDAMENTOS

O cooperativismo se sustenta sobre um conjunto de idéias e noções como mutualidade, união de esforços, solidariedade, associação entre pessoas em função de objetivos comuns, a não exploração do homem pelo homem, justiça social, democracia e autogestão.

Podemos assim definir, como idéia central de uma organização cooperativa é definida pelos ideais e convicções de seus membros que se empenham em uma atividade produtiva, econômica e social.

A natureza da cooperação e do cooperativismo já teve várias definições, porém se torna importante para um melhor entendimento sobre o assunto que elas fiquem bem claras, pois é por meio delas que se orientará qualquer atividade relacionada ao cooperativismo.

O que é Cooperação?

Ato de cooperar, forma de ajudar as pessoas a atingir um objetivo em comum, o que é um princípio não tão defendido. Os direitos e deveres são iguais para todos e o resultado alcançado é repartido entre todos os integrantes de acordo com sua participação. A cooperação parte de dentro da pessoa que não olha só para si mesma, mas também para um todo entendendo que ela sozinha não é totalmente feliz, completa, entendendo que o prazer da cooperação é válido e importante para a sua própria alegria em viver.

O que é cooperativismo?

Sistema onde se considera estar à solução do problema social na generalização e desenvolvimento da cooperação, um movimento internacional que busca construir uma sociedade justa, livre e fraterna, em bases democráticas visando atender as necessidades de seus cooperados. Assim para alguns, o cooperativismo vai além de um sistema, mas se torna uma filosofia de vida.

O que é uma Cooperativa?

A Aliança Cooperativista Internacional – ACI define cooperativa como “uma associação autônoma de pessoas que se unem, voluntariamente, para satisfazer aspirações e necessidades econômicas, sociais e culturais comuns, por meio de um empreendimento de propriedade coletiva e democraticamente gerido”. Este modelo cooperativo tem sido usado para viabilizar negócios em vários campos de atuação, de modo a propiciar melhor entendimento da formação, estrutura, composição e participação nos diversos setores econômicos. (Revista Sebrae, Cooperativa de Crédito, 2009, p. 8-9)

O que é Cooperador?

Aquele que coopera, colabora, também pode ser denominado associado ou membro, é o trabalhador urbano ou rural, profissional de qualquer atividade sócio-econômica que participa de uma cooperativa, assumindo também suas responsabilidades inerentes.

Assim nesta definição fraternal em que o cooperativismo se insere, os valores da ajuda mútua e responsabilidade, democracia, igualdade, equidade e solidariedade, mostram que ainda nestes dias em que vivemos buscamos encontrar este equilíbrio que o cooperativismo vem buscando trazer a sociedade, que hoje ainda é engessada a necessidades de capital deixando por inúmeras vezes o bem estar social.

3 – O COOPERATIVISMO DE CRÉDITO NO BRASIL

Desde seu descobrimento podem-se notar os princípios cooperativistas nas tribos que aqui habitavam, a preocupação destas estava ligada ao bem estar dos membros da tribo e não naquilo que eles produziram durante o ano, logo a visão de valores é voltada à igualdade no modo de vida de todos os membros da tribo.

Mas o surgimento das primeiras cooperativas no Brasil são datadas de 1847, segundo Isabella Tamires Parra Miranda (et al, 2005, p. 12)

Porém, o cooperativismo surgiu oficialmente em 1847 no Brasil por intermédio do médico Francês Jean Maurice Faivre. Este fundou a colônia Santa Tereza Cristina no Sertão do Paraná, que durou por pouco tempo, mas foi muito importante para o florescimento do ideal cooperativista no Brasil.

O médico francês fundou na realidade uma colônia que usava os princípios cooperativistas como modelo de organização. Mas a primeira cooperativa do Brasil foi fundada em 1891 na cidade de Limeira, em São Paulo e em 1895 no estado de Pernambuco, a Cooperativa de consumo de Caramagibe.

O cooperativismo de crédito veio alguns anos mais tarde por intermédio do Padre Jesuíta Teodoro Amstadt que usava a doutrina cooperativista em seu trabalho missionário no Rio Grande do Sul, e em 1902 no município de Nova Petrópolis (RS) inicia-se no Brasil o cooperativismo de crédito baseado no modelo agrícola Alemão.

Uma estrutura que desde o descobrimento do Brasil tem reflexos de seu pensamento não pode ficar esquecida nossa micro-região cresceu muito da década de 60 até os dias de hoje quando a visão cooperativista foi implantada nesta cidade de Assis nota-se com a criação da CREDICANA (Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores Agrícolas e Pecuários da Média Sorocabana) voltaram-se então os olhos para esta região do Estado de São Paulo que se organizou e evoluiu.

Junto com esta evolução a qualidade de vida melhorou vendo que uma terra produtiva bem utilizada rendeu os olhos dos poderes executivo e legislativo enviando recursos que possibilitassem o crescimento resultando em crescimento populacional com qualidade, faculdades e condições para usufruir desta, não se pode deixar de lado sua importância no momento em que esta necessita de uma renovação.

Os organismos criados pelo Banco Central, conhecidos como Bancos Cooperativos refletem na importância das cooperativas entre estes podemos ressaltar o BANSICREDI e o BANCOOB (Banco Cooperativo do Brasil S/A), estes bancos trouxeram mais autonomia operacional as cooperativas de crédito eliminando a

necessidade de estabelecimento de convênios com as instituições privadas, desta maneira os serviços prestados pelas cooperativas se tornarão mais eficientes.

De uma maneira geral existe uma necessidade latente no sentido de que é fundamental por parte do governo federal um estudo voltado necessidades enfrentadas pelos cooperados e pelas cooperativas, analisando a realidade enfrentada hoje pelos cooperados e cooperativas de crédito rural, é verdade que o Banco Central tem liberado linhas de crédito rural para as cooperativas oferecerem aos cooperados, mas a dificuldade está em como os cooperados conseguem usar estas linhas de crédito.

Um estudo do governo facilitaria a vida dos cooperados e das cooperativas, pois possibilitaria a criação de sistemas menos burocráticos, porém mais eficazes que colaborariam muito mais expressivamente na economia nacional já que a agricultura no Brasil é um dos carros chefes da economia nacional. Pois, são poucas as pesquisas sobre a dinâmica das cooperativas no Brasil.

Um exemplo de superação das cooperativas é notado quando a partir da década de 60 até meados da década de 80 o cooperativismo de crédito fica esquecido pela Ditadura Militar, entretanto renasce com novo dinamismo nos anos 80 neste período as cooperativas de crédito rural passam por um programa de reestruturação desenvolvido no Rio Grande do Sul, onde o principal objetivo era agrupar a classe de produtores rurais em torno de um organismo de crédito sistematizado e agregado a uma central, este sistema dava condições de operacionalidade administrativa e financeira às entidades de crédito rural através da centralização de recursos e programas educativos de treinamento, desta maneira nasce a SICREDI (Sistema Integrado de Crédito Cooperativo Rural).

Este movimento gerou no Brasil uma nova forma do pensar cooperativista onde o apoio do governo federal e a vontade de crescer por parte dos cooperados e das cooperativas culminaram em estruturas favoráveis ao crescimento de ambas as partes.

Muito semelhante o Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil (Sicoob) é composto de cooperativas singulares e centrais de crédito e a Confederação Nacional de Cooperativas de Crédito do Sicoob - Sicoob Confederação, como

entidades cooperativas que visam à solidez e à fortificação dos processos operacionais e de controles.

O Banco Cooperativo do Brasil S/A (Bancoob) e o Fundo Garantidor do Sicoob (FGS), entidades não-cooperativas, exercem funções importantes e complementares no que tange à operacionalização dos processos e à qualidade dos serviços financeiros necessários às atividades do cooperado.

As atividades realizadas, de modo complementar, pelas cooperativas singulares e centrais, pela confederação, pelo Bancoob e pelo FGS, entidades jurídicas autônomas, visam principalmente atender às necessidades financeiras e à proteção do patrimônio do cooperado, verdadeiro dono e cliente do sistema Sicoob.

4 – PANORAMA: CRESCIMENTO DO COOPERATIVISMO NACIONAL

Analisando o crescimento a evolução e o reconhecimento de sua importância no setor agrícola na economia nacional, as cooperativas de crédito têm demonstrado crescimento ao longo dos anos, onde após a década de 1960 nota-se um crescimento expressivo, após a promulga da Lei 5.764/71, mesmo sob restrições normativas, neste período eram permitidas somente constituição de cooperativas urbanas ligadas a empresas públicas ou privadas que trouxe o foco de crescimento para as cooperativas rurais, vendo a evolução no gráfico abaixo:



Figura 1: Evolução da Quantidade de Cooperativas até 31/12/2011
 Fonte: <http://www.cooperativismodecredito.com.br/CooperativismoBrasil.php>

Para entendermos, notamos que no início da caminhada cooperativista de crédito no Brasil em 1902 no sul do país, se teve grandes impactos na sociedade onde a mesma foi inserida, muito desses impactos se relacionam aos princípios cooperativistas redefinidos pela ACI (Associação Cooperativa Internacional) em seu XXXI congresso em 1995 aos quais podemos destacar:

- 1 – Princípio da Adesão Livre e Voluntária;
- 2 – Princípio da Gestão Democrática pelos Cooperados;
- 3 – Princípio da Participação Econômica dos Cooperados;
- 4 – Princípio da Autonomia e Independência;
- 5 – Princípio da Educação, Formação e Informação;
- 6 – Princípio da Intercooperação;
- 7 – Princípio do Interesse pela comunidade.

Estes princípios formam uma sociedade organizada, ética e produtiva, tornando-se um sistema sólido, notado em sua história onde na década 1960 mesmo passando por momentos difíceis e apesar de algumas baixas, se permanece com os pés no

chão onde após 1980 nota-se o cooperativismo de crédito como forma de solução na cooperação da organização dos produtores rurais.

Vendo a importância de tais princípios que mantiveram o cooperativismo com os pés no chão, mesmo nos momentos mais difíceis podemos citar:

Com as alterações da política financeira, em 1960, tiveram dificuldades de se adaptar a uma nova estrutura de cooperativas de crédito rural – constituídas exclusivamente por agricultores e operando somente com eles. Essas novas regras levaram ao fechamento da central, um sério golpe no movimento. Com isso, no início da década de 80, só restavam 15 cooperativas do tipo Raiffeisen. (Alzira de Souza, 1992, p. 46)

Houve uma verdadeira operação “pente fino”, em um ano de trabalho incessante, mais de 2000 cooperativas de crédito e bancos cooperados, tiveram seus registros e autorizações de funcionamento cassados e conseqüentemente as suas atividades. (Thenório Filho, 2002, p. 130)

Neste momento nota-se um grande descaso e várias ações restritivas por parte das autoridades econômicas “Isso ocorreu por dois fatores: primeiro, a comprovada e reconhecida honestidade de propósito de seus administradores, em segundo lugar, a assistência técnica e educativa”. (Thenório Filho, 2002, p. 132)

Pode-se dizer que a recuperação das cooperativas se deu à partir de 1980 quando teve início a um programa de reestruturação desenvolvido no Rio Grande do Sul, tendo como principal objetivo criar um organismo de crédito sistematizado e agregado a uma central, o que originou a Sicredi, segundo Isabella Tamire Parra Miranda, (2005, p. 14).

Esse sistema procurava dar condições de operacionalidade administrativa e financeira às entidades de crédito rural através da centralização de recursos e programas educativos e de treinamento. Além da força de vontade dos integrantes do movimento restaurador, o interesse do governo em reduzir recursos na área de crédito rural (aumentando assim a importância das cooperativas como fonte de financiamento) e as elevadas taxas de juros praticadas na época também contribuíram para a geração de um ambiente favorável ao ressurgimento do setor de crédito cooperativo rural.

Mas temos visto nos últimos anos que as cooperativas, apesar de demonstrarem crescimento, organização, gestão eficaz e ética ainda sentem os reflexos da política controladora imposta pelo Banco Central, o que de primeiro momento solucionou as

primeiras necessidades na reestruturação do sistema cooperativista de crédito, já não atende mais nos dias atuais devido às mudanças econômicas ocorridas nos últimos anos, levando então a uma nova necessidade de atenção por parte do Banco Central para que não se ocorra o descaso do passado, segundo Bricio dos Santos Reis (2008)

Somente com a significativa redução do crédito rural oficial em meados da década de 80 e a concomitante reestruturação do cooperativismo de crédito rural, a partir da iniciativa gaúcha, novos ares começaram a soprar sobre o setor. Vendo suas fontes de recurso drasticamente reduzidas, em razão sobretudo de fortes crises no mercado internacional, o governo passou a adotar medidas que incentivaram as cooperativas a reassumir seu papel básico de financiamento da atividade agropecuária.

Dentre essas medidas, a edição da Resolução 2193, de 31 de agosto de 1995, destaca-se por permitir e regulamentar a criação dos chamados bancos cooperativos. Esses bancos trouxeram maior autonomia a grande parte das cooperativas brasileiras à medida que possibilitaram o acesso a serviços antes executados mediante convênio com outras instituições financeiras, como o Banco do Brasil.

Além disso, as Resoluções 3106, de junho de 2003, e suas substitutas posteriores, trouxeram avanços no sentido de permitir e aprimorar o processo de criação das chamadas Cooperativas de Crédito de Livre Admissão, ou seja, entidades que não definem - como pressuposto no modelo Luzzatti - segmento profissional específico para associação.

A principal diferença entre as novas cooperativas “abertas” e as que antigamente existiam no país diz respeito à atual regulação. Ela tem critérios bem mais rígidos do que os observados no passado e que, portanto, garantem maior segurança aos seus associados.

Por outro lado, o maior rigor da recente legislação implica em obstáculos ao crescimento e à disseminação desse tipo de instituição. Esse é o principal ponto de debate que polariza opiniões quanto ao papel do Estado em relação ao cooperativismo de crédito no Brasil.

Em nosso país pode-se notar que as cooperativas de crédito vêm trazendo grandes frutos para a economia no que diz respeito à organização e união de seus cooperados para uma única finalidade acordada entre os mesmos.

Entretanto há uma expressão de necessidade de um estudo mais crítico do governo federal para com os produtores agrícolas que são os sustentadores das cooperativas de crédito rural, em nossa micro-região do Centro Oeste Paulista. Nota-

se a que alguns produtores encontram-se em dificuldade de se manter atendendo as usinas da região no sentido em que a cobrança para se obter mais matéria prima é muito grande, mas quando os produtores vão receber o que eles recebem?

Há uma insegurança nesta micro-região e também em nosso país que tem causado grande instabilidade na vida dos produtores levando-os a empréstimos de alto risco sem ter a certeza do retorno deste investimento.

A grande questão é que para a sorte dos produtores existem as cooperativas de crédito rural que dão este suporte para eles, suprimindo as necessidades para que estes possam sobreviver, entretanto até quando as cooperativas de crédito rural vão suportar o grande volume solicitado pelos agricultores?

Nos últimos 5 anos, as cooperativas de crédito rural tem sentido dificuldades notadas na redução de seu quadro de funcionários pela falta de procura por parte dos cooperados, que também não entendem profundamente o propósito do cooperativismo, uns por falta de conhecimento, que se encontraram em situações em que nem a cooperativa de crédito rural poderia ajudá-lo, logo a um crescimento de poucos agricultores que suportaram as crises, mas por outro lado os pequenos agricultores não conseguem se levantar pois o que eles conseguem é um socorro momentâneo que não elimina a situação sufocante de instabilidade como se não houvesse chão.

Se uma posição não for tomada de acordo com as necessidades atuais do sistema cooperativista rural de nosso país, em um futuro próximo podemos sentir um grande reflexo negativo de uma não atenção ao cooperativismo de crédito rural que ao longo dos anos tem auxiliado o governo federal no sentido de organização dos agricultores para o crescimento do país.

A Sicredi

O sistema cooperativista é uma das alternativas e formas mais avançadas de organização da sociedade, sua força não esta concentrada nos resultados positivos,

mas sim na união dos cooperados com um propósito de crescimento conjunto, onde toda comunidade cooperativista se coloca em igualdade.

Importante no cooperativismo nacional a Sicredi, Sistema Integrado de Crédito Rural é um exemplo de superação e sucesso em nosso país, trazendo renda aos cooperados e espalhando pelo país os princípios cooperativistas.

As cooperativas de crédito integrantes do Sicredi são organizadas em sistema, o que lhes assegura uma marca corporativa forte e ganhos de escala em todos os níveis, que determinam crescimento sustentado e a sua perpetuação.

Para atender às necessidades dos associados, as cooperativas de crédito do Sicredi contam com empresas corporativas que atuam com a função principal de oferecer apoio técnico e maior especialização ao negócio. São empresas que garantem produtos e serviços com especialidade, qualidade e ganhos de escala às cooperativas de crédito.

Com a visão de "ser reconhecido pela sociedade como instituição financeira cooperativa, com excelência operacional e de gestão, voltada para o desenvolvimento econômico e social", as cooperativas de crédito do Sicredi atuam na captação, administração e empréstimo de recursos financeiros e prestação de serviços, agregando renda aos seus associados. (Conheça o Sicredi/Estrutura do Sicredi. Cooperativas de Crédito Sicredi. Disponível em: <http://www.sicredi.com.br/>. Acesso em 24 de maio de 2011.)

A Sicredi Sistema Integrado de Crédito Rural coopera com a evolução das cooperativas em nosso país, proporcionando integração, controle e credibilidade aos seus cooperados, vendo que hoje as cooperativas estão bem consolidadas graças ao Sicredi.

Nascendo em 28 de dezembro de 1902, no município de Nova Petrópolis – Rio Grande do Sul, a atual Sicredi em 1925 fundou a Primeira Central de Caixas Rurais com nome de União Popular do Rio Grande do Sul, reunindo 66 cooperativas em 1964, tornando-se a Cooperativa de Crédito Sul Rio-Grandense, atual Sicredi Metrópolis Rio Grande do Sul no ano seguinte.

Segundo a Diretoria de Agronegócios do Banco do Brasil, no âmbito rural, o cooperativismo foi, sem dúvidas, um dos pilares do desenvolvimento do agronegócio, principalmente nos anos 1960 e 1970, com seu pioneirismo na organização das cadeias produtivas, difusão de tecnologia e viabilização de infraestrutura. Recentemente, com a expansão dos demais setores econômicos, o cooperativismo encontrou um campo fértil para se inserir no

meio urbano, apresentando-se como uma importante forma de estruturação dos mais diversos ramos de atividades. (Silva, 2007, p. 205)

Ainda em 1964, ocorre a reformulação do Sistema Financeiro Nacional (Lei nº 4.595/64), que impôs severas restrições normativas ao funcionamento das cooperativas de crédito, que acarretou um enfraquecimento do sistema cooperativista nacional, pois com esta reforma bancária, as restrições normativas e a perda de sua representatividade diante dos bancos comerciais, deixaram de existir 50 cooperativas de crédito no Rio Grande do Sul entre 1970 e 1980.

Mas o espírito cooperativista faz renascer a esperança através da união de nove cooperativas de crédito do sistema Raiffeisen no Rio Grande do Sul resultando na Cooperativa Central de Crédito do Rio Grande do Sul – Cocecrer/RS fundada em 27 de outubro de 1980. E no segundo semestre de 1981 inicia-se a colheita dos primeiros frutos desta união, com a constituição de cooperativas de crédito rural do Paraná, as primeiras no estado, suas operações são realizadas pela Cooperativa de Crédito Agropecuária do Oeste Ltda, atual Sicredi Oeste Paraná.

Com este novo ar de crescimento em janeiro de 1985, existiam 10 cooperativas de crédito singulares em atividade no Paraná, e a união destas resultam na constituição da Cooperativa Central de Crédito Rural do Paraná - Cocecrer/PR, atual Central Sicredi Paraná. O resultado desta vem no ano de 1987, quando mais sete cooperativas de crédito e cinco cooperativas agropecuárias de 2º grau filiam-se à Cocecrer/PR, enxergando que naquele momento a união de filosofia e ideais cooperativistas resultariam em um novo momento na história do cooperativismo de crédito. É de fato um sistema que mesmo sofrendo como sofreu vive para organizar um lado de uma sociedade que movimenta nosso país.

Com a criação de mais 05 cooperativas de crédito em Mato Grosso: Credijul (Sicredi Vale do Cerrado); Credinova; Credioeste (Sicredi Sudoeste); Credinoroeste (Sicredi Noroeste) e, Credicanarana (Sicredi Alto Xingu), foi constituída a Cooperativa Central de Crédito Rural de Mato Grosso - Cocecrer/MT, atual Central Sicredi MT, em 5 de setembro de 1989.

Em julho foram criadas 10 cooperativas de crédito em Mato Grosso do Sul, sendo elas nos municípios de: Dourados (Credidourada), Maracaju (Credimara), Ponta Porã (Credipan), Naviraí (Credinav), Rio Brillhante

(Credirio), Caarapó (Credirural), Itaporã (Credita), Sidrolândia (Credilândia), Fátima do Sul (Credivale) e Bonito (Credibon).

No dia 10 de novembro do mesmo ano foi criada a Cooperativa Central de Crédito Rural do Mato Grosso do Sul - Cocecrer/MS, atual Central Sicredi Brasil Central. (Conheça o Sicredi/Estrutura do Sicredi. Cooperativas de Crédito Sicredi. Disponível em: <http://www.sicredi.com.br/>. Acesso em 24 de maio de 2011.)

A marca Sicredi vem a ser adotada em 10 de julho de 1992, por decisão de todas as cooperativas e suas filiais, a Cocecrer/RS passa a adotar a marca Sicredi, unificando a identidade de todas as cooperativas do Sistema, mostrando sua força e importância, em representação ao Sistema de Crédito Cooperativo.

Uma grande demonstração de seu crescimento e reconhecimento vem em 16 de outubro de 1995, com a constituição do Banco Cooperativo Sicredi S.A, o primeiro banco cooperativo privado brasileiro, autorizado pelo Conselho Monetário Nacional (Resolução nº 2.193/95), de fato uma conquista que levou quase um século para ser conquistada e reconhecida. Iniciando suas operações em 03 de junho de 1996 as cooperativas do Paraná e do Rio Grande do Sul resolvem se unir para fortalecer o Banco Cooperativo Sicredi, para se tornar um banco interestadual em 13 de dezembro do mesmo ano. Com o sistema ainda mais valorizado no ano de 1999 o Banco Cooperativo Sicredi é autorizado a realizar operações de crédito rural com encargos equalizados pelo Tesouro Nacional.

Constituídas a Confederação Sicredi (objetivo de prestar serviços ao Sistema e entidades conveniadas) e a Corretora de Seguros Sicredi Ltda. Em 30 de novembro, o Conselho Monetário Nacional aprova a resolução nº 2788/00, facultando aos bancos cooperativos a transformarem-se em bancos múltiplos.

O Banco Cooperativo Sicredi concretiza sua participação na BC CARD - Administradora de Cartões dos Bancos Cooperativos Ltda.

A Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo dos Médicos da Aliança Cooperativista do Estado de São Paulo - ALCRED Central-SP (atual Central Sicredi SP) e suas filiaidas passam a integrar o Sicredi. Assim, inicia a operação do Sicredi em São Paulo.

Em 28 de dezembro, o cooperativismo de crédito comemora o centenário da cooperativa de crédito de Nova Petrópolis e é inaugurado o monumento "A Força do Cooperativismo", em Nova Petrópolis/RS.

A Sicredi Participações S.A, foi constituída em 10 de outubro 2008 para propiciar a participação direta e formal das cooperativas de crédito na gestão corporativa e, ao mesmo tempo, para dar aos associados, à sociedade, aos órgãos de regulação, aos grandes fundos de investimento e às demais instituições financeiras que operam em nível nacional e internacional maior transparência na estrutura de governança do Sicredi.

O Sicredi firmou uma parceria com o Rabo Financial Institutions Development - RD, braço de desenvolvimento do grupo holandês RABOBANK, sistema de crédito cooperativo Holandês presente em 40 países. Mediante participação minoritária no Banco Cooperativo Sicredi, o sistema holandês passa a transferir sua expertise de 160 anos de organização e, ao mesmo tempo, através do Sicredi, investir nas atividades econômicas do quadro associativo das cooperativas de crédito que o integram. (Conheça o Sicredi/Estrutura do Sicredi. Cooperativas de Crédito Sicredi. Disponível em: <http://www.sicredi.com.br/>. Acesso em 24 de maio de 2011.)

Não foi bricando que a Sicredi é esta força hoje em nosso país, foi com muito trabalho, valorizando o relacionamento, oferecendo soluções financeiras, preservando a natureza cooperativista do negócio que ela é uma das maiores estruturas cooperativistas de nosso Brasil.

A Cocamar

Seguindo o exemplo da Sicredi a Cocamar Cooperativa Agroindustrial de Maringá nasceu em 27 de março de 1963 da união de 46 cafeicultores, com a finalidade de organizar o setor produtivo, na época era chamada de Cooperativa de Cafeicultores de Maringá Ltda. Embora fundada por cafeicultores, a Cocamar ficou poucos anos lidando exclusivamente com essa atividade, por não garantir sustentação à cooperativa. No começo dos anos 60, a cafeicultura vinha passando por um período de decadência e preços baixos, o que deixou a entidade em situação difícil, endividada e à beira da insolvência.

O café ficava nas mãos de intermediários, que aviltavam os preços para os cooperados. O primeiro endereço foi também uma conquista, uma máquina de café cedida por dois anos, com todas as instalações, pelo cooperado número 2, Joaquim Romero Fuentes.

Mas em 1965 a cooperativa entrava em dificuldades, como visto neste período muitas cooperativas fecharam suas portas, a Cocamar só não fechou as portas porque a diretoria, indicada para liquidá-la, resolveu também receber e beneficiar algodão, comprando uma máquina usada que começou a funcionar em 1967, o ponta pé inicial para o crescimento. O resultado foi surpreendente e a Cocamar conseguiu se recuperar, em 1969 já contava com a sua segunda máquina de algodão, e olhando para o futuro enxergou que a abertura para demais seguimentos da agricultura dariam frutos positivos.

Construiu um armazém graneleiro, o primeiro no Paraná em 1971, tornando-se mais sólida, crescendo com credibilidade, armazenando milho e trigo, entretanto a estrutura serviu mesmo para a chegada da soja que tomava o lugar do café. Resultando em outros armazéns graneleiros pela região em 1973, assim a cooperativa se fortalecia e se organizava cada vez mais para ter sustentabilidade administrativa em anos difíceis para o sistema cooperativista.

Devido às imposições do governo e as crise da cafeicultura, os cafeicultores encontravam-se desestimulados e buscavam cada vez mais optar pelas lavouras mecanizadas de grãos. Uma forte geada conhecida como geada negra foi o golpe de misericórdia para os cafeicultores em 1975, logo a Cocamar concentrou-se no recebimento de soja. No entanto a cooperativa estava recebendo matéria-prima e a vendendo para ser industrializada, ficando com a parte pequena do bolo, logo não se contentando somente com esta pequena parte começou a vislumbrar uma parte maior do bolo, tendo uma visão para industrializar e vender estes produtos

Sendo pioneira ao colocar a primeira unidade industrial de extração de óleo e farelo de soja a Cocamar com visão e ousadia por parte de sua diretoria viu nascer uma nova fase em sua história, contando com mais de 25 mil cooperados e entrepostos em muitos municípios da região no Paraná, mostrando o grande crescimento incorporou outras indústrias ao parque como: desodorização e refino, unidade de envasamento de óleos vegetais e fiação de algodão entre 1980 a 1982. Diversificando os negócios à Cocamar chegou também a supermercados com óleo de soja e, no segmento têxtil, com fios de algodão de excelente qualidade, proporcionando assim grandes horizontes para seus cooperados.

O objetivo de diversificar os negócios acabou fazendo da Cocamar uma referência pela industrialização das matérias-primas. Que não parou por aí. Em 1984, foi a primeira cooperativa em todo o mundo a investir no segmento de seda, apoiando um grande número de pequenos produtores. Mas um dos períodos mais marcantes dessa década foi a iniciativa da Cocamar de investir em um grande projeto de citricultura, com o fim de trazer uma nova e profícua atividade para o empobrecido Noroeste paranaense, desafiando a todos que não acreditavam nessa possibilidade. O plantio de pomares, que contou com o apoio do governo estadual – na época o secretário da Agricultura, Osmar Dias – começou em 1986 e ficou definido que a indústria seria instalada na região polarizada por Paranaíba. A situação econômica do País, no entanto, exigiu que a Cocamar, a partir de 1990, realizasse um grande processo de reestruturação administrativa, a fim de cortar custos, enxugar as áreas e profissionalizar-se, valorizando cada vez mais a qualidade de participação dos agricultores. Em 1992, é dada ênfase à tecnologia de adensamento da cafeicultura, que resgatou essa cultura, sendo que a cooperativa foi também, nesse mesmo ano, a primeira a introduzir o cultivo e a industrialização de canola no Brasil. (A Cocamar. História da Cocamar. A Fundação da Cocamar. Disponível em: http://cocamar.com.br/Portal/a_cocamar/historia.html. Acesso em 24 de maio de 2011.)

Mas todo processo de transformação tem suas dificuldades e com certeza, entre 1993 à 2003 foi o período mais delicado da história da Cocamar, pois já no início dos anos noventa, a cooperativa enfrentava dificuldades financeiras, como reflexo da desorganização econômica do País nos anos anteriores que se esqueceram dos reflexos de seus atos, época em vários bancos e empresas de grande porte quebraram.

Foram feitos esforços direcionados para estabelecer prioridades como a opção pelo varejo e a aliança estratégica com outras cooperativas e empresas, buscando assim o espírito cooperativista que mostra sua força, eliminando ociosidades no parque industrial. Se inserindo no setor de álcool e dando continuidade a alguns projetos que vinham de anos anteriores, já que era uma cooperativa fortalecida com centenas de cooperados contando com sua responsabilidade, inaugurou um novo complexo industrial de seda em 1992, de citricultura, culminando em 1994 com a construção da fábrica de suco concentrado e congelado de laranja em Paranaíba.

Houve êxito na reestruturação da dívida com um pool de bancos credores e, em 2003, o presidente Lula, acompanhado de quatro ministros, inaugurou um novo conjunto de indústrias de bebidas à base de soja, néctares de frutas,

maionese, *catchup* e mostarda, dando início a uma nova fase na história da cooperativa o que trouxe ainda mais esperança aos cooperados Cocamar.

Em 1970 existiam no País 377 cooperativas de crédito. Em 2003, elas somavam 1.450. Nos dois anos seguintes, foi registrada uma ligeira queda, provocada não pela retração do segmento, mas por um movimento natural de fusão. Em 2005, 1.430 cooperativas de crédito estavam em pleno funcionamento. Enquanto isso, o número de postos de atendimento, distribuídos entre os diversos sistemas cooperativos, subiu de 1.477, em 2000, para 2.176, em agosto de 2005. Já o número de cooperados apresentou, no ano passado, crescimento de 43,3% em relação a dezembro de 2002.

Segundo o BC, enquanto o número de associados das cooperativas de crédito cresceu em média 14,4% ao ano, o número de correntistas (conta corrente e poupança) do sistema financeiro tradicional evoluiu, no mesmo período, 5,9%. Um indicador de que há crescente e firme tendência de consolidação do cooperativismo de crédito no Sistema Financeiro Nacional. (Revista Sebrae, Cooperativismo de Crédito, 2006, p. 10)

Tornando-se muito forte na industrialização, a Cocamar se firmou como a grande organização econômica do Noroeste paranaense chegando a um patamar talvez não imaginado no passado, depois de tantas dificuldades, tendo investido de forma pioneira em um projeto de amplo alcance econômico e social: integrando agricultura e pecuária, abrindo fronteiras para o moderno cultivo de grãos em lugar de pastagens degradadas, deixando seus cooperados realizados com as conquistas.

Ao mesmo tempo, viu a sua iniciativa de trazer o cultivo de laranja para a região ser coroada de sucesso, ante a forte expansão dos pomares e a agregação de renda aos produtores e municípios. Firmou-se ainda mais no segmento de varejo, com um extenso leque de produtos, construindo uma marca (Purity) de dimensão nacional, além de instalar uma série de pequenas outras indústrias para aproveitar nichos de mercado. A cooperativa tem trabalhado na capacitação dos cooperados, de modo a apoiá-los a ampliar seus níveis de produtividade, sem falar do faturamento recorde de R\$ 1,4 bilhão obtido em 2008, e do fato de ser considerada uma das cooperativas mais modernas e bem administradas do Brasil, além de modelo em responsabilidade social e ambiental. (A Cocamar. História da Cocamar. A Fundação da Cocamar. Disponível em: http://cocamar.com.br/Portal/a_cocamar/historia.html. Acesso em 24 de maio de 2011)

Devido a tamanho crescimento é importante ressaltar que a cooperativa jamais se esqueceu de seus princípios de atender primeiramente o cooperado, assegurando a perpetuação da cooperativa de forma sustentável, visando o crescimento com rentabilidade e valores de rentabilidade, qualidade, confiabilidade, ética, transparência, equidade, responsabilidade socioambiental e pessoas. Enxergando que a boa administração cooperativista a transformou no que é hoje.

Credicana

A sigla significa Cooperativa de Crédito Rural dos Produtores Agrícolas e Pecuários da Média Sorocabana. Fundada em 10 de Julho de 1969, a Credicana é uma instituição financeira, sem fins lucrativos, regulamentada pelo Banco Central do Brasil, localizada na Avenida Rui Barbosa, nº 1585, Jardim Paulista, Assis-SP.

Sua história é ligada a ASSOCANA – Associação Rural dos Fornecedoros e Plantadores de Cana da Média Sorocabana foi fundada em 22 de abril de 1977, a fim de organizar e representar a classe dos plantadores de cana da região e prestar assistência social aos trabalhadores rurais canavieiros e seus dependentes. O primeiro atendimento a um trabalhador rural se deu no dia 19 de dezembro de 1979. Para atendimento aos seus beneficiários a ASSOCANA mantém cinco ambulatórios médicos: na sede social em Assis/SP, na cidade de Maracaí/SP, na cidade de Tarumã/SP, na cidade de Cândido Mota/SP e em Paraguaçu Paulista/SP. Neles, são prestadas assistência médica (clínica geral), assistência odontológica e farmacêutica, além de convênios para atendimentos com especialistas - cardiologistas, neurologistas, otorrinos, vasculares, pediatras, gastroenterologistas e oftalmologistas.

O Departamento Agrícola da ASSOCANA iniciou suas atividades em 1983, com o advento da implantação do Sistema de Pagamento de Cana pelo Teor de Sacarose, primeiramente voltado ao acompanhamento das análises de cana nos laboratórios das usinas e destilarias da região e posteriormente à prestação de assistência técnica integral ao produtor de cana-de-açúcar. Desde então vem ampliando os

serviços prestados aos associados, orientando-os do planejamento de plantio até a colheita da cana.

Nestes anos de história seus os objetivos da Credicana tem sido proporcionar assistência financeira aos cooperados, desenvolver programas para o uso adequado do crédito e da poupança, desenvolver programas de educação cooperativista.

Estabelecida na cidade de Assis/SP, com área de ação delimitada pelos seguintes municípios: Assis, Tarumã, Cândido Mota, Platina, Echaporã, Lutécia, Paraguaçu Paulista, Maracá, Cruzália, Florínea, Quatá, João Ramalho, Palmital, Ibirarema, Campos Novos Paulista, Ribeirão do Sul, Salto Grande, São Pedro do Turvo, Ourinhos, Santa Cruz do Rio Pardo, Xavantes, Pedrinhas Paulista e Ipauçú.

A Credicana é uma cooperativa de crédito singular, associada à Associação Nacional das Cooperativas de Crédito – ANCC, a Credicana não é vinculada a um sistema de cooperativas como o Sicredi, ela é mais regionalizada já que seu objetivo é atender sua região de atuação não necessitando de sistema que se expande por todo território nacional, se tornando uma cooperativa independente.

Esta nova administração regionalizada se da pelo motivo de experiência anterior, quando ela era vinculada ao Sistema de Cooperativas de Crédito do Brasil – SICOOB, com o uso do sistema Credicana perdia certo tempo no atendimento ao cooperado devido a operacionalização do Sicoob, ficava na dependência de ações do sistema dependendo do mesmo para ações que com este novo modelo de administração cooperativista não existe já que o acesso a decisão tornou-se mais rápida já que as decisões são tomada pela diretoria da própria Credicana. Sendo assim ela contratou o Banco do Brasil para fazer os serviços de compensação.

Assim como as demais cooperativas de crédito, todos os negócios da Credicana, as ações e a gestão de seus diretores são fiscalizados pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e auditadas por duas empresas de auditoria independentes.

Internamente, o Conselho Fiscal, eleito pela Assembléia Geral Ordinária, examina toda a escrituração e as operações realizadas pela cooperativa, os seus diretores devem ter reputação financeira ilibada e só podem tomar posse, quando eleitos, após a homologação dos nomes pelo Banco Central do Brasil

Em 42 anos de existência, a Credicana sempre distribuiu sobras aos seus cooperados, tendo um perfil histórico de rentabilidade e solidez. Tendo a melhor rentabilidade nas aplicações financeiras, mostra a confiança que seus cooperados tem na mesma, por não visar lucro e, ao contrario das demais instituições financeiras, a Credicana nasce do relacionamento entre os produtores rurais de nossa região, e não de interesses particulares.

O cooperado não paga pacote de tarifas mensalmente, este custo é zero, assim como a confecção e a renovação de cadastro e fornecimento de extrato, o atendimento diferenciado sem filas, contando com serviço de elaboração de projetos de custeio, graças a parcerias com a Assocana e outros profissionais da área.

Sua missão é atender, dentro do agronegócio, as necessidades financeiras dos cooperados, de maneira eficiente diferenciada, melhorando sua qualidade de vida, além de buscar o desenvolvimento da comunidade.

E visão de ser reconhecida como a melhor cooperativa de crédito da região, pela postura ética nos negócios, excelência nos serviços prestados aos seus cooperados, compromisso com o desenvolvimento regional e pelo crescimento com sustentabilidade.

Segundo sua diretoria o ano de 2010 foi um ano de muita atenção em cada passo dado pois saiam de um 2009 apreensivo e cheio de incertezas, e desta maneira buscaram o tempo todo passar um 2010 com muita segurança.

E foi uma boa escolha, pois a Credicana apresentou seus resultados em sua Assembléia Geral Ordinária, mostrando crescimento em seus ativos, em seu patrimônio líquido, em seu número de cooperados, e depósitos à vista e a prazo, logo também esta mais capitalizada e claro também contabilizou sobras. Ao término do exercício a diretoria teve a certeza de ter auxiliado todos os cooperados que necessitarem de crédito e beneficiado todos os aplicadores com a rentabilidade de 100% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI em seus investimentos.

A boa liquidez dos cooperados, as linhas de crédito tiveram redução de utilização, inclusive no crédito agrícola, porém se manteve o limite de R\$ 8 milhões pelo Banco do Brasil para repasses, que deverá ser utilizado para o inicio da próxima safra, dando ainda mais confiança ao cooperado que não ficará desamparado.

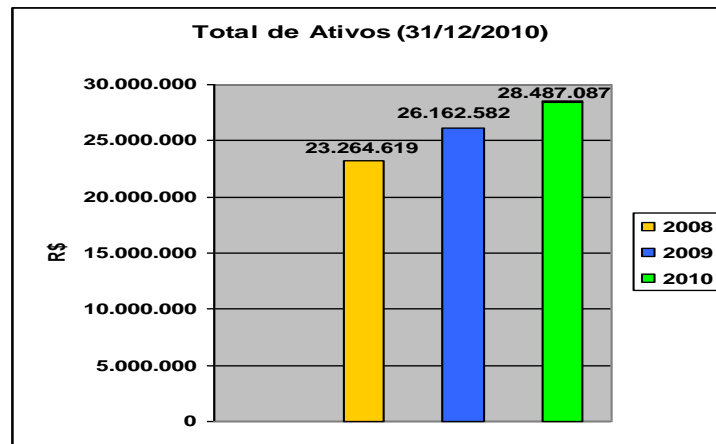


Figura 2: Total de Ativos até 31/12/2010
Fonte: Credicana Relatório de Gestão 2010

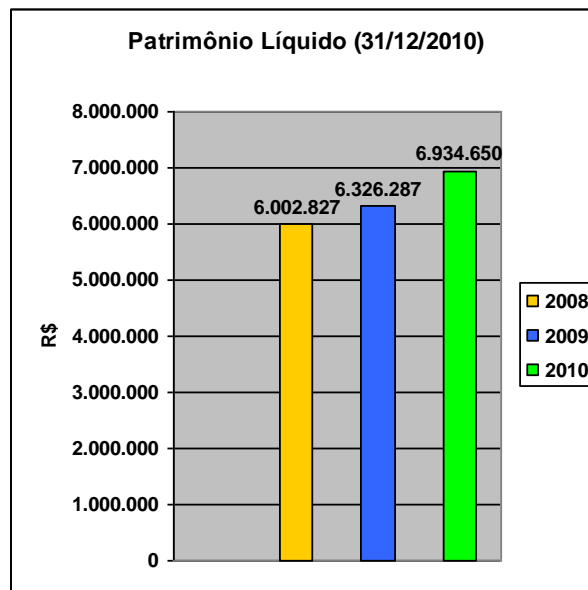


Figura 3: Patrimônio Líquido até 31/12/2010
Fonte: Credicana Relatório de Gestão 2010

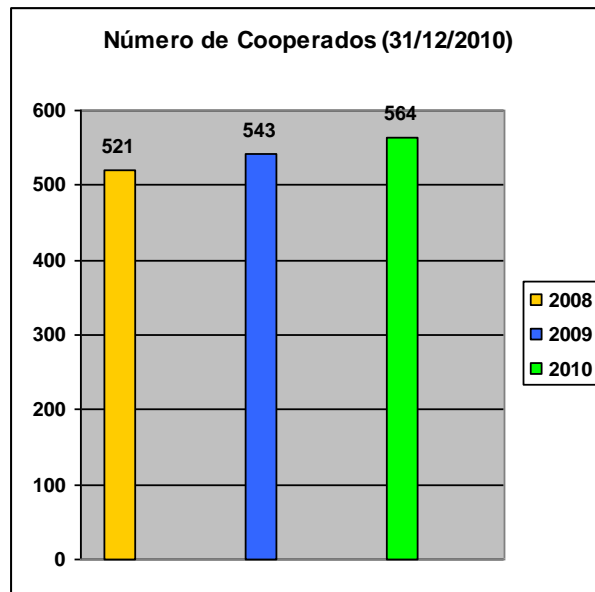


Figura 4: Número de Cooperados até 31/12/2010
Fonte: Credicana Relatório de Gestão 2010

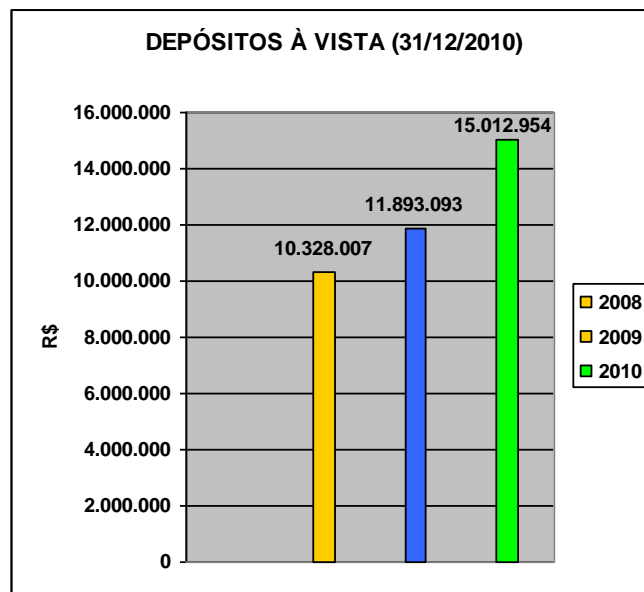


Figura 5: Depósitos à Vista até 31/12/2010
Fonte: Credicana Relatório de Gestão 2010

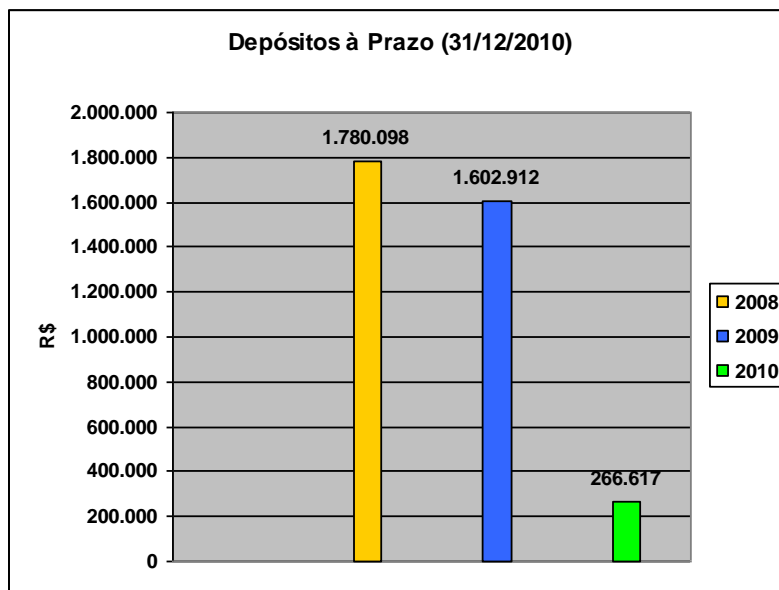


Figura 6: Depósitos à Prazo até 31/12/2010
 Fonte: Credicana Relatório de Gestão 2010

Realizamos a reforma estatutária, para atender as exigências do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central (Bacen). Entre as principais mudanças destacamos a ampliação do prazo para a realização das assembleias ordinárias, que agora vai até abril; a ampliação do mandato da diretoria para quatro anos e do Conselho Fiscal para três anos; a revisão da fórmula de cálculo para distribuição das sobras; e ainda, a expansão do quadro social para atender as pessoas jurídicas controladas pelas pessoas físicas com vínculo rural, ou seja, as empresas de cooperados da Credicana também podem ter uma conta corrente na Cooperativa e participar do Capital Social, das sobras e muito mais.

O crescimento de mais de 30% dos depósitos e os 34 novos cooperados admitidos em 2010 indicam a confiança na administração dos recursos pela gestão da Credicana. O patrimônio foi incrementado com a capitalização das sobras pela Assembleia Geral Ordinária de 2010, que determinou a integralização de 100% dos valores. (Credicana Relatório de Gestão 2010, 2011, p. 4-5)

Visando crescimento do número de cooperados e também de um melhor atendimento, o projeto de expansão para atender as pessoas jurídicas de cooperados da Credicana é uma inovação no atendimento aos agricultores de nossa região que enxergam novos horizontes e que podem desta maneira se identificar ainda mais com a Credicana.

A confiança dos cooperados na Credicana é notada na opinião de seus cooperados que demonstram total confiança na cooperativa que há 42 anos tem trabalhado para

dar mais condições de trabalho aos cooperados e representá-los diante dos setores que tratam dos seus interesses como a causa da reforma do Código Florestal.

“Eu acredito muito na Credicana, porque tem uma administração transparente e é isso que o cooperado quer. São poucos cooperados, mas de muita qualidade”. (Rubens Hernandez, Manual do Cooperado Credicana, 2011, p. 12)

“É uma instituição de muita credibilidade, além do atendimento, que é muito bom. Nunca perco uma reunião, uma Assembléia da Credicana, porque gosto da Cooperativa, de participar e de estar no meio do pessoal”. (Antonio Trígolo, Manual do Cooperado Credicana, 2011, p. 12)

“Com a Credicana tudo fica mais fácil. É uma cooperativa que deu certo e que oferece tudo aquilo que eu preciso de um banco”. (Maria Elizabeth Souza Santos, Manual do Cooperado Credicana, 2011, p. 12)

“Na Credicana o atendimento é personalizado, ágil, eu não fico na fila e a gentileza é muito grande. O atendimento é muito mais humanizado e, junto com tudo isso, tenho acesso a todos os serviços que preciso. Outra vantagem, na Credicana não existe greve”. (Walter Rodrigues Martinho, Manual do Cooperado Credicana, 2011, p. 12)

As questões de atendimento rápido sem necessidade de enfrentar filas, o atendimento humanizado que trata de um relacionamento grande entre os funcionários e os cooperados são grandes diferenciais da Credicana além de sua competência administrativa.

Governo

O governo vem desenvolvendo a política das Microfinanças que é a prestação de serviços financeiros adequados e sustentáveis para população.

E dentro deste contexto o Microcrédito se dedica a prestar esses serviços exclusivamente a pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de pequeno porte.

A Lei nº 11.110, de 25 de abril de 2005, veio consolidar esse conceito, ao apresentar o **Microcrédito Produtivo Orientado** (MPO) como o **crédito** concedido para o atendimento das necessidades financeiras de pessoas físicas e jurídicas empreendedoras de atividades produtivas de pequeno

porte, que utiliza metodologia baseada no relacionamento direto com os empreendedores no local onde é executada a atividade econômica, devendo ser considerado, ainda, que:

- o atendimento ao tomador final dos recursos deve ser feito por pessoas treinadas para efetuar o levantamento socioeconômico e prestar orientação educativa sobre o planejamento do negócio, para definição das necessidades de crédito e de gestão voltadas para o desenvolvimento do empreendimento;

- o contato com o tomador final dos recursos deve ser mantido durante o período do contrato, para acompanhamento e orientação, com vistas a seu melhor aproveitamento e aplicação, bem como ao crescimento e à sustentabilidade da atividade econômica; e

- o valor e as condições do crédito devem ser definidos após a avaliação da atividade e da capacidade de endividamento do tomador final dos recursos, em estreita interlocução com este e em consonância com o previsto na Lei nº 11.110. (Soares; Sobrinho, 2008, p. 24)

O microcrédito rural vem sendo uma das propostas importantes do governo para com as cooperativas que desta maneira reduzem seu risco de negócio, podendo atender de maneira digna o pequeno produtor rural.

O melhor exemplo brasileiro é o programa Crediamigo, do Banco do Nordeste do Brasil, cujos números foram apresentados no estudo sobre a oferta de microcrédito. O banco também traz como inovação o Programa de Microcrédito Rural, denominado Agroamigo.

Esse programa – idealizado com o objetivo principal de atuar na concessão de microcrédito rural produtivo e orientado para agricultores de pequeno porte, contribuindo assim para redução da pobreza rural na Região Nordeste, Norte de Minas Gerais e Norte do Espírito Santo – e suas ações creditícias foram inicialmente direcionados ao público-alvo do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) enquadrado no Grupo B. (Soares; Sobrinho, 2008, p. 56)

Nota-se a preocupação do Governo junto a Banco Central de fortalecer o sistema cooperativista em nosso país com as cooperativas de crédito rural que vem fazendo grande progresso ao longo de sua história atendendo aos cooperados, mas que estava sim desamparada nos últimos anos, sem opção de ampliar seus serviços prestados ao cooperado.

No tocante à política de microcrédito, o BCB tem se valido também das experiências de outros países, principalmente latino-americanos, como

forma de queimar etapas e diminuir a incidência de erros, pela melhor compreensão do mercado de serviços financeiros direcionado às populações com baixo IDH, tanto no que diz respeito à oferta e à variedade de serviços quanto a aspectos socioeconômicos, culturais e conjunturais referentes a essa parcela da população. Nessa linha, o Banco tem trabalhado na construção do marco regulatório, principalmente no que diz respeito ao **cooperativismo de crédito**, ao **microcrédito** e aos **correspondentes no País**.

Ao longo do tempo, esses três segmentos reunidos passaram a ser identificados pela sociedade como parte importante da indústria microfinanceira, composta também por operadoras especializadas constituídas sob a forma de ONG, Oscip ou Fundo Público, estadual ou municipal, conhecido como **banco do povo**, sobre as quais teceremos maiores considerações mais adiante. Esse conjunto de experiências é entendido como aquele que oferta serviços financeiros especialmente adaptados às necessidades das populações de baixa renda e constitui nicho que não atrai, de forma natural, a banca tradicional. (Soares; Sobrinho, 2008, p. 64-65)

Enxergando tal importância vemos que ainda que de forma pouco agressiva o Governo junto ao Banco Central vem buscando formas de dar mais atenção as cooperativas oferecendo novas condições de oferecer crédito aos cooperados, é fato que nosso país depende grandemente da atividade rural e esta necessidade tem forçado novamente o Governo a enxergar o Cooperativismo de Crédito Rural.

5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS

Dentro deste tema abordado notou-se uma história vasta e muito rica, cheia de barreiras e obstáculos que não pararam o objetivo de homens e mulheres que lutam até hoje pelos ideais cooperativistas em nosso Brasil.

As cooperativas apresentadas, como a Cocamar que é vinculada ao Sicredi, mostra uma administração forte buscando constantemente apresentar a seus cooperados não somente a agricultura como fonte de renda, mostra também uma política expansiva que elevou o seu número de cooperados e junto ao Sicredi tem grande força na representação política quando se trata de assuntos ligados ao cooperativismo já que o Sicredi une várias cooperativas que o torna muito forte.

E a Credicana, cooperativa de crédito rural independente, onde ela busca atender a micro-região do Centro Oeste Paulista, importante destacar que vinculada ao Sicredi sua tomada decisão junto a assunto dos cooperados passaria a depender do aval do sistema, como sua Diretoria é quem da à palavra seu atendimento torna-se rápido e que vem agradando muito seus cooperados que tem encontrado não somente soluções para suas necessidades, mas também uma casa de amigos. Porém no que se trata de representatividade política ela acaba ficando só, mas fica bem claro que os objetivos das cooperativas são parcialmente iguais por seguirem os mesmos princípios.

Dois estilos de administração diferentes que tem os mesmos princípios cooperativistas não somente enxergando lucro, mas sim o bem da comunidade cooperativista.

Tantas dificuldades em se colocar como força em nosso país, já que os bancos privados são muito fortes e tem grande atenção do governo as cooperativas de crédito encontraram seu lugar ao sol o Governo Junto ao Banco Central tem mostrado que não fechou os olhos para as cooperativas através de inovações como o Microcredito Rural, que traz novos ares as cooperativas, é claro não atende as todas as necessidades, porem mostra iniciativa ainda que acanhada por parte do

Governo e do Banco Central, que dá novo ânimo às cooperativas de crédito e também aos cooperados.

As linhas de financiamento para máquinas e implementos agrícolas também são destacáveis, pois tem feito principalmente em nossa região, com que os produtores percam menos em suas plantações, e também elevando a qualidade dos produtos aqui colhidos.

Assim fica a esperança de que em um futuro próximo as cooperativas serão ainda mais fortes, atendendo a novos grupos de trabalhadores e mudando também a administração empresarial que deve enxergar princípios cooperativistas como um novo modelo de gestão empresarial.

6 – REFERÊNCIAS

CASTRO, Luiz Humberto de. **Cooperativa de Crédito**. Ed. Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – SEBRAE, 2009.

COCAMAR. **História da Cocamar**, Disponível em: <<http://www.cocamar.com.br/historia.php>>. Acesso em 24 de maio de 2011.

CREDICANA. **Manual do Cooperado**. Ed. Credicana: Assis, 2011.

CREDICANA. **Relatório de Gestão 2010**. Ed. Credicana: Assis, 2011.

DELGADO, Natalia Aguilar. **A Inovação sob a Perspectiva do Desenvolvimento Sustentável: Os Casos de uma Cooperativa de Laticínios Brasileira e de outra Francesa**. Ed. Porto Alegre: UFRS, 2007.

PARRA MIRANDA, Isabela Tamine. et al. **Os Princípios do Cooperativismo e o Cooperativismo de Crédito no Brasil**. v. 2, n. 1. p. 7-19, Maringá: Maringá Management: Revista de Ciências Empresariais, 2005.

SANTOS REIS, Bricio dos. Espaço do Produtor. **Cooperativas de Crédito e Agronegócio**, 2008. Disponível em: <<https://www2.cead.ufv.br/espacoProdutor/scripts/verArtigo.php?codigo=11&acao=exibir>>. Acesso em: 21 de setembro de 2010.

SICREDI. Conheça o Sicredi. **Linha do Tempo**, Disponível em <<http://www.sicredi.com.br/>>. Acesso em 24 de maio de 2011.

SOARES; SOBRINHO, Marden Marques; Abelardo Duarte de Melo. **O Papel do Banco Central do Brasil e a Importância do Cooperativismo de Crédito**. Ed. Banco Central do Brasil: Brasília, 2008.

SOUZA, Alzira Silva de. **Cooperativismo de Crédito: realidades e perspectivas**. ed. Rio de Janeiro: OCERJ, 1992.

THENÓRIO FILHO, Luis Dias. **Pelos Caminhos do Cooperativismo: com destino ao crédito mútuo**. 2. ed. São Paulo: CCRESP, 2002.

VENDRAMINI, Célia Regina ((org.)). **Educação em Movimento na Luta pela Terra**. Florianópolis: NUP/CED, 2002.